



DISCURSOS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO CRISTÃ: PAULO DE TARSO E EUSÉBIO DE CESARÉIA

Terezinha Oliveira - UEM

Pesquisa Financiada pelo CNPq/PQII

Resumo: Analisamos neste texto duas propostas de Educação Cristã no Império Romano. Elegemos para este estudo dois autores que atuaram como mestres: Paulo de Tarso, por meio de *Cartas* e Eusébio de Cesaréia, em sua obra *História Eclesiástica*. Em Paulo, a formação do cristão era apresentada sob a forma do discurso oral e da escrita. Em Eusébio, esse processo educativo realiza-se pelo martírio. Ainda que encontremos nos dois o mesmo projeto (formar o cristão) e tenham vivido sob a égide do mesmo Estado político, os caminhos que Paulo e Eusébio trilharam para atingirem seus objetivos se diferenciam. Assim, explicitaremos dois aspectos que julgamos fundamentais à educação: o projeto e a materialização do ensino. O conhecimento do tempo histórico é condição para se entender uma prática pedagógica e para se efetivar um projeto educacional, posto que seja imprescindível saber a realidade histórica daqueles que formaremos. Por fim, observamos que nosso caminhar segue os trilhos da história social, pois ela nós permite trabalhar com a longa duração, sem perder de vista o diálogo com os diferentes campos do conhecimento humano, neste caso, o da história e da religiosidade.

Palavras-chave: História da Educação. Cristianismo. Discurso. Martírio.

Introdução

O propósito deste texto é analisar os princípios pedagógicos da religiosidade cristã nos seus primeiros séculos no Ocidente. A intenção é evidenciar que nos quatro primeiros séculos do cristianismo, entre o seu surgimento, no século I, e a sua transformação em religião de Estado, em fins do século IV, houve ao menos duas formas particulares de formação do cristão. Evidentemente, não pretendemos aqui responder por quatro séculos do cristianismo, mas fazer um recorte nesse tempo histórico a partir das fontes. Desse modo, temos em cartas de Paulo de Tarso (ca 5 d.C. – 67 d. C) o exemplo do primeiro modelo de educação e em Eusébio de Césaréia (263 – 340), particularmente na obra *História Eclesiástica*, buscamos os exemplos educativos baseados no martírio. As reflexões que nortearão este texto explicitarão que as propostas dos dois teóricos se diferiram entre si.

Explicitaremos que as propostas pedagógicas, ainda que conservem um mesmo princípio durante séculos, se vistas e acompanhadas pela história, nos possibilitam perceber que não há uma forma única e definitiva de educação. A educação, como todas as demais

ações, é proveniente do agir humano, portanto, ela se modifica em consonância com as vicissitudes sociais¹. Sob este aspecto de permanência e ruptura, a religiosidade cristã nos brinda com um bom exemplo acerca das mudanças e permanências. Ela se constitui em uma mesma religião que modifica sua forma de propagação em virtude da diversidade do tempo histórico. Ela é o exemplo de que, no âmbito da educação, não há uma forma linear e única de prática e de discurso se o objetivo é atingir e modificar o outro. Ao contrário, nos quatro primeiros séculos do cristianismo, o que assistimos são os seus teóricos apresentando propostas distintas de educação, sempre que as contingências históricas assim o exigiram.

Desse modo, vincularemos as propostas de cristianização dos dois autores que elegemos com o contexto histórico em que foram erigidas². Os autores cristãos estavam muito atentos para verificar se o seu ouvinte/leitor estava sensibilizado por seus discursos. Nos dois autores selecionados, observamos uma grande preocupação não só em se fazerem entender, como também pretendiam desenvolver, por meio de seus discursos e práticas, uma ação de convencimento, pois, não se tratava somente de educar, mas de educar para formar o cristão. É nítido nas propostas o projeto de que estavam imbuídos: para se ter o cristão era necessário, antes, formá-lo. Nesse sentido, os autores cristãos - que designaremos como mestres - sabiam ‘o que’, ‘porque’ e ‘como’ ensinar. Suas metas educativas eram construir e consolidar uma mentalidade nova de viver e entender o mundo. Em virtude disso, seus discursos e ensinamentos não podiam estar dissociados do projeto que tinham em mente para a sociedade. Não existia neles uma separação entre teoria e prática. Aliás, essa era uma inquietação que certamente não existia entre esses teóricos porque difundir o cristianismo era ensinar, converter, mas, também, estabelecer princípios de convívio social.

1. Cartas de Paulo

Principiemos nossa análise pelas Cartas de Paulo de Tarso. Elegemos para nossas reflexões algumas passagens das Cartas aos Romanos³ e aos Coríntios. Elas são notáveis

¹ Comungamos com a ideia apresentada por Anísio Teixeira acerca da mobilidade constante na sociedade e na educação. “A educação e a sociedade são dois processos fundamentais da vida, que mutuamente se influenciam. *Processos fundamentais* da vida, dizemos, e intencionalmente. Porque, de fato, nada nos podemos referir sem logo deixar subentendida a contingência de mobilidade, transformação e perpétuo vir-a-ser, imanente à natureza evolucionar do mundo em que vivemos” (TEIXEIRA, 2000, p. 94).

² Durkheim, ao discorrer sobre as origens da escola na França, na obra *Evolução Pedagógica*, ressalta a importância dos autores cristãos no interior do mundo romano. Ao fazer esta análise, o sociólogo do século XIX, observa que o cristianismo na prática educativa erigiu suas bases teóricas nos autores greco-latinos (DURKHEIM, 2002, p. 29).

³ Segundo Gardner, a Carta aos Romanos teria sido escrita na década de 50 d. C. “É uma epístola escrita a uma igreja que o apóstolo nunca visitara. É cheia de louvores pela fé e pelo compromisso deles com Cristo. Seu tema

porque Paulo procura, na verdade, organizar a vida dos cristãos em um mundo muito pouco afeito à religião que surgia.

A primeira passagem que selecionamos versa sobre a obediência às autoridades. O Apóstolo indica aos romanos que estes devem obedecer aos poderes laicos estabelecidos. Do seu ponto de vista, a ordem na sociedade era imprescindível para a existência de todos.

¹Obedeçam as autoridades, todos vocês. Pois nenhuma autoridade existe sem permissão de Deus, e as que existem foram colocadas nos seus lugares por ele. ²Assim quem se revolta contra as autoridades está se revoltando contra o que Deus ordenou, e os que agem desse modo serão condenados. ³Somente os que fazem o mal devem ter medo dos governantes, e não os que fazem o bem. Se você não quiser ter medo das autoridades, então faça o que é bom, e elas o elogiarão. Porque as autoridades estão a serviço de Deus para o bem de você. Mas, se você faz o mal, então tenha medo, pois as autoridades, de fato, têm poder para castigar. Elas estão a serviço de Deus e trazem o castigo dele sobre o que fazem o mal. ⁵É por isso que você deve obedecer às autoridades; não somente por causa do castigo de Deus, mas também por que a sua consciência manda que você faça assim. ⁶É por isso também que vocês pagam impostos. Pois quando as autoridades cumprem os seus deveres, elas estão a serviço de Deus. Portanto, paguem ao governo o que é devido. Paguem todos os seus impostos e respeitem e honrem todas as autoridades (Rm. 13, 1-6).

Paulo não questiona o poder e a existência do governante romano. Ao contrário, os legitima. A seu ver, toda autoridade emana da vontade divina, portanto, o bom cristão respeita e honra seu governante. Não há, nessa passagem, nenhum lampejo de revolta contra a ordem estabelecida. Ele aconselha que os seus ouvintes não só respeitem os governantes laicos, mas também paguem seus impostos. No seu discurso ele propõe que os cristãos sejam, na plenitude, súditos dos romanos, pois, o governante laico é o representante de Deus na terra. O governante, portanto, puniria o cristão por vontade divina.

Evidentemente que os conselhos e ensinamentos de Paulo devem ser entendidos no contexto do século I, quando a religião cristã não representava uma grande ameaça ao Império e, ainda que Estado já se encontrasse em crise, o cristianismo não colocava em risco as estruturas do poder vigente. Por outro lado, a passagem também revela que, quando do seu nascimento, esta religião não ambicionava, no âmbito do poder, a conquista do governo. Ela, se assim pode-se dizer, não propunha uma revolução. Ao contrário, as palavras de um de seus maiores divulgadores foram no sentido de conservar o poder da forma que se encontrava.

Se na passagem citada fica evidente a preocupação de Paulo em difundir a ideia de que o cristão deve viver sob a observância das leis romanas e, portanto, está se preocupando em

principal enfatiza que a justificação se opera pela fé em Jesus, tanto para os judeus como para os gentios. Existe alguma discussão sobre o motivo que levou Paulo a escrever esta carta” (GARDNER, 2005, p. 516).

formar pessoas para viver em comum no Império, na passagem que se segue, nitidamente, o apóstolo se dirige à formação do cristão enquanto indivíduo.

⁸Não fiquem devendo nada a ninguém. A única dívida que vocês devem ter é a de amar uns aos outros. Quem ama os outros está obedecendo à lei. ⁹Os seguintes mandamentos: “Não cometa adultério, não mate, não roube, não cobice” – esses e ainda outros mais são resumidos num mandamento só: “Ame os outros como você ama a você mesmo”. Quem ama os outros não faz mal a eles. Portanto, amar é obedecer à lei. (Rm. 13, 8-9).

Esta passagem é bastante elucidativa acerca dos princípios de Paulo: no que diz respeito à sociedade como um todo, o bom cristão precisa seguir as leis do governante porque ele próprio é, da perspectiva do apóstolo, um representante da vontade divina. Todavia, no que diz respeito às atitudes pessoais, o bom cristão deve amar o próximo. Transparece no discurso deste propagador do cristianismo a preocupação de que cada pessoa saiba se comportar; daí ele iniciar aconselhando que se deve amar uns aos outros. Não se trata de amor incondicional, mas daquele manifestado nas atitudes. É pelo agir que o cristão explicita seu amor ao outro. Seguir os dez mandamentos não é somente sinal de conversão e aceitação de um princípio de religiosidade, mas de disposição para o bem amar. Assim, ao respeitar os preceitos cristãos os homens, individualmente, criam normas de conduta que os possibilitam viver em comum.

Nessas duas passagens Paulo apresenta aspectos essenciais à educação social. Ao obedecer ao governante, o cristão estabelece um agir social, ao amar o próximo, traça um caminho de conduta individual. O apóstolo, ao difundir o cristianismo, traça um modelo educacional que cuida do indivíduo no singular e no coletivo. A preocupação de Paulo está sempre dirigida ao cristão nestes dois sentidos.

Em outra passagem da *Carta aos Romanos* ele prega que cada um deve fazer bom uso de suas habilidades. Que saibam aproveitar dos seus ‘dons’ para melhor viver em sociedade. O título desta passagem é muito sugestivo: ‘A nova vida no serviço de Deus’.

⁶[...] Portanto, usemos os nossos diferentes dons de acordo com a graça que Deus nos deu. Se o dom que recebemos é o de anunciar a mensagem de Deus, façamos isso de acordo com a fé que temos. ⁷Se é o dom de servir, então devemos servir; se é o de ensinar, então ensinemos; ⁸se é o dom de animar os outros, então animemos. Quem reparte com os outros o que tem, que faça isso com generosidade. Quem tem autoridade que use a sua autoridade com todo o cuidado. Quem ajuda os outros, que ajude com alegria. (Rm. 12, 6-8).

Servir a Deus é servir ao próximo. Eis a máxima cristã: para que se ganhe o reino dos céus é preciso servir bem na terra. Eis um princípio eminentemente social. O cristão deve sempre pensar no viver em comum e fazer bem o que melhor sabe: desde as atividades destinadas ao lazer como até as que cuidam da arte de governar, todas as ações precisam ter a mesma finalidade, dispor-se a fazer o melhor para e pelo outro. As ideias de harmonia e de comunidade perpassam as cartas paulinas.

¹⁶Tenham por todos os mesmos cuidados. Não sejam orgulhosos, mas aceitem serviços humildes. Que nenhum de vocês fiquem pensando que é sábio.

¹⁷Não paguem a ninguém o mal com o mal. Procurem agir de tal maneira que vocês recebam a aprovação dos outros. ¹⁸No que depender de vocês, façam todo o possível para viver em paz com todas as pessoas. ¹⁹Meus queridos irmãos, nunca se vinguem de ninguém; pelo contrário, deixem que seja Deus quem dê o castigo. (Rm. 12, 16-19).

Paulo propõe que o cristão não seja arrogante e viva com humildade. Evidentemente ele procura diferenciar o comportamento do cristão dos povos não cristãos. Como Paulo foi um dos precursores do cristianismo, portanto, de uma religiosidade muito recente e original, ele se dirigia aos judeus, aos hebreus, aos romanos e outros povos, enfim, o seu discurso era destinado a todos os povos que o entendessem e que pudessem se converter ao cristianismo. Assim, ele evidencia que não era a origem que, *a priori*, definia o cristão, mas o seu comportamento. Para os nossos dias, essa forma de pensar é inconcebível porque pensamos e nos vemos a partir da nossa nacionalidade. A noção de territorialidade é o que forja nossa identidade, nossos documentos indicam quem somos, ao menos em termos jurídicos, inclusive em âmbito mundial. Daí nossos projetos e propostas de educação serem circunscritos, quando muito, aos limites nacionais, pois, ainda que sejamos influenciados pelas medidas globais, dentre elas as políticas econômicas e sociais, são os parâmetros nacionais que delineiam as diretrizes para a educação. No projeto Paulino de educação, o que prevalecia era a condição de compreensão e de mudança, ou seja, o discurso precisa ser feito de forma clara e na língua do ouvinte. Na *Primeira Carta aos Coríntios*, este mestre discorre sobre a importância disso.

¹Portanto, esforce-se para ter amor. Procurem também ter dons espirituais, especialmente o de anunciar a mensagem de Deus. ²Quem fala em línguas estranhas fala a Deus e não às pessoas, pois ninguém o entende. Pelo poder do Espírito Santo ele diz verdades secretas. ³Porém quem anuncia a mensagem de Deus fala para as pessoas, ajudando-as e dando-lhes coragem e consolo. ⁴Quem fala em línguas estrangeiras ajuda somente a si mesmo, mas quem anuncia a mensagem de Deus ajuda a Igreja toda.

⁵ Eu gostaria que vocês todos falassem em línguas estranhas, mas gostaria ainda mais que tivessem o dom de anunciar a mensagem de Deus. Porque

quem anuncia a mensagem de Deus tem mais valor do que quem fala em línguas estranhas, a não ser que esteja ali alguém que possa interpretar o que está sendo dito, para que toda a igreja seja ajudada espiritualmente. ⁶Por isso, irmãos, quando eu os visitar, que proveito vocês terão se eu lhes falar em línguas estranhas? É claro que nenhum, a não ser que leve a vocês alguma revelação de Deus ou algum conhecimento, ou alguma mensagem inspirada, ou algum ensinamento (1Co. 14, 1-6).

Para o autor, o discurso só resultará em algo se aquele que ouve entender o que está sendo dito. Não há conversão sem compreensão e entendimento. A tarefa do pregador é falar em uma linguagem comum a todos. Paulo afirma, inclusive, que não se difunde a palavra de Deus em línguas estranhas àqueles que se quer converter. Dentro desta perspectiva, pode-se ser cristão, mas não é um pregador aquele que não consegue se comunicar com os outros. Mais uma vez observamos o pressuposto educativo Paulino: não se ensina nada a outro se não se consegue estabelecer a condição de comunicação.

Do ponto de vista de Paulo, só contribui para o fortalecimento da igreja aquele que fala a linguagem comum. É preciso considerar que a Igreja era a instituição que dava a identidade à comunidade dos cristãos. Era, portanto, o espaço de legitimação da nova religiosidade que nascia e o aporte espiritual da pessoa.

⁷Por exemplo, além da voz humana, existem os instrumentos musicais, como a flauta e a harpa. Se os sons não saírem com toda a clareza, como poderá alguém saber o que está sendo tocado em um ou outro instrumentos? Se quem toca a corneta não der um som bem claro, quem se prepara para a batalha? ⁹Assim, também, como é que os outros vão entender o que vocês estão dizendo se a mensagem por meio de línguas estranhas não for clara? Vocês estariam falando para o vento. ¹¹Porém, se eu não entendo a língua na qual alguém está falando comigo, então quem fala essa língua é estrangeiro para mim, e eu sou um estrangeiro para ele. ¹²Por isso, já que vocês estão com tanta vontade de ter os dons do Espírito, procurem acima de tudo ter os dons que fazem com que a igreja cresça espiritualmente. (1Co. 14, 7-12).

Por isso o Apóstolo insiste na necessidade de os cristãos não serem estrangeiros entre si, mas falarem na língua em que todos pudessem estabelecer laços de pertencimento. Observa-se na passagem acima que a língua é condição para o fortalecimento da igreja. Ressalte-se que a Igreja, nesse momento, era a única ‘sociedade’ que pertencia aos cristãos, tudo o mais era estrangeiro. Quando Paulo se refere à igreja não podemos entendê-la como a instituição que veio a ser a partir dos séculos IV e V, mas trata-se de uma comunidade frágil que está dando seus primeiros passos. Logo, difundir o cristianismo e o fortalecimento da igreja era a mesma coisa: formar a ‘nação’ dos cristãos.

Há que se destacar um último aspecto que consideramos relevante acerca da questão da língua. Para Paulo, se os homens que divulgam os ensinamentos cristãos não os difundirem na linguagem dos ‘simples’, estes não se tornarão verdadeiros cristãos, mesmo que se prontifiquem a ouvir. Como a linguagem lhes é estrangeira, não compreendem a mensagem, em nível intelectual, portanto, não modificam também seus comportamentos porque não apreendem o discurso.

¹³Portanto, quem fala em línguas estranhas deve orar pedindo a Deus que lhe dê o dom de interpretar o que elas querem dizer. ¹⁴Porque, se eu orar em línguas estranhas, o meu espírito, de fato, estará orando, mas a minha inteligência não tomará parte nisso. ¹⁵O que vou então? Vou orar com o meu espírito, mas também vou orar com a minha inteligência; vou cantar com o meu espírito, mas também vou cantar com a minha inteligência. ¹⁶Se você dá graças a Deus em línguas estranhas, como é que uma pessoa simples, que estiver na reunião, poderá dizer “amém” à oração de agradecimento que você fez? Ela não vai conseguir entender nada do que você está dizendo. ¹⁷Mesmo que a sua oração seja muito boa, essa pessoa não receberá nenhuma ajuda. ¹⁸Eu agradeço a Deus porque falo em línguas estranhas muito mais do que vocês. ¹⁹Porém nas reuniões da igreja prefiro dizer cinco palavras que possam ser entendidas, para assim ensinar os outros, do que dizer milhares de palavras em línguas estranhas. ²⁰Irmãos, não pensem como crianças. Sejam como crianças para o que é mau, mas sejam adultos no seu modo de pensar. (1Co. 14, 13-20).

As palavras de Paulo patenteiam algo importante no que diz respeito à educação. Só conseguiremos sensibilizar e alterar algo no outro se o alcançarmos por meio do seu intelecto. A educação se processa quando atingimos as capacidades cognitivas de quem ouve. Nessa passagem da *Carta* Paulo faz uma pequena autobiografia: reconhece que é uma pessoa culta, pois relata que conhece várias línguas. Mas, explicita que, ao se dirigir ao povo, é necessário falar na linguagem que ele pode apreender. Assim, aconselha a falar pouco, mas que este pouco seja aprendido. Dito de outro modo, é pela simplicidade que o pregador consegue converter a pessoa simples ao cristianismo. Por fim, o apóstolo aconselha o pregador a ser adulto, ou seja, que tenha clareza dos caminhos que deve seguir para ensinar o cristianismo. Tal como Paulo aconselha, sejamos simples com os nossos alunos, mas tenhamos a certeza e a responsabilidade para perceber se os nossos discursos estão atingidos nossos ouvintes, se, de fato, estamos conseguindo modificar comportamentos.

Certamente nossos objetivos são bem distintos dos de Paulo porque não pretendemos ensinar nenhuma religião, mas é importante refletir sobre seus escritos para verificar se estamos falando a mesma língua daqueles que pretendemos formar; se nossos discursos estão promovendo o desenvolvimento intelectual de nossos discentes e, acima de tudo, se somos adultos quando nos dirigimos à tarefa de ensinar.

Tomemos um último exemplo de Paulo para este primeiro momento de nossa análise sobre a proposta pedagógica cristã. Trata-se da questão da autoridade.

⁸O senhor Jesus me deu autoridade sobre vocês, não para destruí-los mas para fazê-los crescer espiritualmente. E, embora eu tenha me orgulhado um pouco demais da minha autoridade, não tenho nada de que me envergonhar. ⁹Não quero que pareça que estou tentando assustar vocês com as minhas cartas. ¹⁰Alguém vai dizer: “As cartas de Paulo são severas e duras; mas, quando ele está conosco, é tímido e, quando fala, é um fracasso”. ¹¹Porém essa pessoa deve saber que não existe diferença entre o que escrevemos nas cartas, quando estamos longe, e o que fazemos, quando estamos aí com vocês. (2Co. 10, 8-11).

Ao dirigir-se aos Coríntios, Paulo não hesita em afirmar que, se necessário for, usará o peso da sua autoridade para com eles e os ameaça, inclusive, de que se não estiverem praticando os valores cristãos, os castigará. O discurso do apóstolo é firme porque se trata de um processo de convencimento no qual a autoridade deve ser evidenciada. Afirma que os Coríntios o acusam de ser contraditório entre o que discursa quando está na presença deles e o que escreve, ou seja, que ele possui duas naturezas de comportamento. Paulo insiste no fato de que não deve existir diferença entre o que se pratica e o que se escreve e refuta as acusações que lhe são feitas.

Percebemos dois aspectos relevantes desse debate de Paulo. O primeiro é a firmeza que devemos ter quando nos dispomos a ocupar o lugar de mestre. Temos que agir sempre com a certeza de que o que propomos é o mais correto naquele momento. Não se trata, contudo, de sermos duros ou arrogantes, mas de termos segurança no que estamos fazendo. Esta segurança é vital no processo de ensino e aprendizagem porque, se não a temos, deixamos os alunos inseguros quanto ao caminho a ser seguido. Sob esse aspecto devemos seguir a máxima de Paulo e muitos séculos depois, a de Kant, de que são os adultos que conduzem a educação. A segurança que nos possibilita a autoridade deve decorrer do conhecimento que possuímos e da premissa de que estamos elegendo o melhor caminho no momento em que transmitimos determinado conteúdo, de uma determinada forma.

O segundo aspecto que consideramos relevante na passagem de Paulo relaciona-se à importância de não existir diferença entre a forma como agimos e o que escrevemos ou dizemos. Lembremos, sobre esta questão, de Aristóteles e Tomás de Aquino, que insistem no fato de que somos homens pelos nossos atos. Nesse sentido, o professor deve manter a coerência entre o que ensina e o que pratica porque, em última instância, o que será a medida para a formação de seus discentes será o seu agir e não o seu discurso. Por isso Paulo adverte

que ele é o que escreve, o que prega e o que faz. O professor, por seu turno, é o que ensina, o que faz e o que escreve.

É preciso lembrar que Paulo pode apontar como problemas no seu processo de difusão do cristianismo questões como autoridade, linguagem, amor ao próximo, obediência às leis porque ele está pregando às pessoas que possuem um mínimo de cultura e de ‘letramento’, se assim podemos dizer. Ele se dirige, seja no Ocidente ou no Oriente do Império romano, a um grupo de pessoas que conhece a escrita e que se prepara, com este nível de conhecimento, para difundir a ‘palavra sagrada’ aos mais simples. O tempo de Paulo é ainda um momento cujas bases culturais ainda estão preservadas. Podemos falar de crise no Império, mas é uma crise que ainda não está disseminada em todos os segmentos, o conhecimento da filosofia se faz muito presente. Roma, à época de Paulo, convive com Sêneca e outros pensadores estoicos, por exemplo.

2. Eusébio de Cesaréia

A realidade do tempo de Eusébio de Cesaréia é outra. Este autor vive entre os séculos III e IV d. C., momento em que o Império Romano, particularmente a parte do Ocidente, vivencia uma grande crise. Neste tempo o cristianismo tornara-se uma religião importante, com muitos adeptos. Ousamos afirmar que, em termos de construção mental da sociedade, ele principiava a ser a força motora. Ainda que religião submissa às forças do mundo e da autoridade romanas, os seus adeptos e proselitistas se consideravam pertencentes ao cristianismo. Existia, nesse sentido, diferentemente do tempo de Paulo, uma identidade cristã que se irradiava por quase todos os espaços do Império Romano no Ocidente e no Oriente. Outro fato histórico bastante importante que explicitou o fortalecimento dos cristãos foi o primeiro Concílio de Nicéia, realizado em 325 d. C., convocado por Constantino I (272-337). Segundo Guizot (1907), este concílio expressou a importância que os homens da Igreja, especialmente os bispos, representavam junto ao Império. Ainda, de acordo com este historiador, o fato de o imperador chamar para junto de si e sentar-se à mesa para ouvir e considerar as propostas dos cristãos representou um grande fortalecimento dos bispos, pois, a influência dos representantes da Igreja foi reconhecida pelo poder político. Além disso, outro aspecto que contribuiu para o fortalecimento do poder dos bispos no Ocidente foi o fato de Constantino ter transferido a sede do Império da cidade de Roma para Constantinopla. Ao fazer isso, o Imperador deixou vazio o poder que rapidamente foi ocupado pelos homens da Igreja.

Assim, quando Eusébio de Cesaréia escreve sua *História Eclesiástica* o cristianismo não era apenas uma religião dos gentios e de filósofos convertidos, a exemplo de Paulo, mas estava se tornando, gradativamente, ‘religião de Estado’. Este autor escreve de forma diferente de Paulo: não se trata mais de cartas ou textos que exaltam esta crença, mas da elaboração de uma justificativa da importância do povo e da religião cristã.

§ 4 Mas se somos evidentemente novos e este nome de cristãos, novo na verdade, é conhecido a pouco entre as nações, nosso gênero de vida e nosso comportamento segundo os ensinamentos da piedade não foram recentemente inventados por nós. Foi, por assim dizer, desde a primordial criação dos homens que os amigos de Deus de outrora, por conhecimento natural os tiveram conforme vamos demonstrar.

§ 5 O povo dos hebreus não existe há pouco, mas é respeitável diante de todos por sua antiguidade e geralmente conhecido. A tradição oral e escrita entre eles relata que outrora viveram homens, raros e pouco numerosos, contudo eminentes pela piedade, pela justiça e pelas demais virtudes, uns antes do dilúvio, outros depois, como os filhos e descendentes de Noé, e certamente Abraão, que os filhos dos hebreus se gabam de ter por chefe e ancestral.

§ 6 Não incorreria em erro quem desse o apelativo de cristãos, se não pelo nome, ao menos pelas ações a todos aqueles cuja justiça é atestada, remontando de Abraão até o primeiro homem.

§ 7 Efetivamente, este nome significa que os cristãos, através do conhecimento e ensinamento de Cristo, se distingue por prudência, justiça, força de caráter e virtude, coragem e piedosa confissão de um só e único Deus supremo. Tudo isso, aqueles varões não buscaram com menor zelo do que nós (EUSÉBIO DE CESARÉIA, L. 1, c. 4).

Como historiador, ele procura evidenciar a tradição deste povo nos hebreus. De acordo com Eusébio de Cesaréia, ainda que o nome cristão fosse recente, data de três séculos atrás, à sua época, as suas origens deitavam raízes entre os primeiros hebreus, ou seja, desde Abraão existiam cristãos. Por ser historiador, o autor procura legitimar a importância de seu povo e crença pelo passado, pela longevidade de existência. A vinculação entre os cristãos e os hebreus não estaria na linhagem, mas especialmente no comportamento virtuoso dos primeiros hebreus que legaram aos cristãos as virtudes da prudência, da bondade, da justiça e, especialmente a crença em um Deus único, diferentemente dos romanos. É, pois, no modo de agir que os cristãos podem ser considerados herdeiros de Abraão e Davi. Ser cristão, para Eusébio, está associado a uma forma de conduta e crença e não a uma etnia ou povo. Neste aspecto, Eusébio, conserva-se dentro da perspectiva paulina, de que a identidade do cristão é dada pelo seu modo de agir e a crença em um Deus único e não a sua espacialidade.

Todavia, se à época de Eusébio podemos afiançar que o cristianismo ganhou força e torna-se, gradativamente, a explicação mental das relações sociais na época de Paulo a

condição de ser cristão era bem diversa. O autor se defronta com uma situação bem distinta de Paulo, no século I d. C. A população a qual Eusébio se dirige é bem distinta. À época do apóstolo verificamos que aqueles que se convertiam ao cristianismo, o faziam porque eram convencidos pelos discursos e relatos que ouviam ou liam. À época de Eusébio, a população a ser convertida, na sua maioria, era composta por pessoas oriundas das hordas nômades: os romanos citadinos eram pouco afeitos ao conhecimento, os romanos do campo também tinham muito pouco acesso à cultura letrada. Logo, na sua maioria, a população a ser convertida tinha muito pouco conhecimento das Escrituras Sagradas, como também da filosofia e escrita greco-latina.

De que modo, então, propagar o cristianismo e conquistar mais adeptos? Que prática pedagógica a ser adotada para promover a conversão e a educação da população em fins do século III e início do IV d. C.? Pela leitura de Eusébio de Cesaréia fica evidente que era necessário usar outros meios de convencimento além do discurso falado e escrito. Por isso ganham relevância, a nosso ver, em Eusébio de Cesaréia, os intensos e extensos relatos sobre o martírio.

§ 27 Assim falando, gritavam ainda e pediam ao asiarca Filipe que soltasse um leão Policarpo; mas ele respondeu que isso não era lícito, porque os combates de feras haviam acabado. Então, unânimes começaram a gritar Policarpo fosse queimado vivo.

[...]

§ 29 Fez-se isso mais rapidamente do que fora dito. A multidão trouxe, imediatamente, das oficinas e dos balneários lenhas e gravetos; sobretudo os judeus, conforme seu costume, colaboravam.

§ 30 Pronta a fogueira, Policarpo por si mesmo despiu-se, e desamarrou o cinto; tentou tirar os calçados, o que antes não fazia, porque sempre os fiéis se apressavam para lhe tocar o corpo; em tudo, por causa da sua vida eminente, fora honrado mesmo antes de lhe aparecerem as cãs.

§ 32 Amarrado, com as mãos às costas, parecia um cordeiro escolhido, tirado de grande rebanho, para se tornar um holocausto agradável a Deus onipotente (cf. Sb 3,6).

[...]

§ 38 Finalmente, os malvados, vendo que o corpo não podia ser consumido pelo fogo, ordenaram ao *carrasco* que se aproximasse e o atravessasse com o punhal.

§ 39 Ele o fez e jorrou tal quantidade de sangue que o fogo se apagou. A multidão ficou admirada da grande diferença entre os incrédulos e os eleitos, aos quais pertencia também este admirável varão, em nosso tempo mestre e apostólico e profético, o bispo da Igreja católica de Esmirna. Toda palavra proferida por sua boca, efetivamente, cumpriu-se e haverá de se cumprir.

§ 40 O maligno, invejoso e ciumento, adversário dos justos, vendo a grandeza de seu martírio, a vida irrepreensível que levava desde o início, a coroa de incorruptibilidade que o ornara, o prêmio inegável que obtivera, cuidou de que nem mesmo o cadáver fosse recolhido por nós, apesar de

muitos terem desejado possuí-lo e ter uma porção de relíquias (EUSÉBIO DE CESARÉIA, L. 4, c. 15).

Esta passagem destaca os diversos aspectos do martírio que eram exaltados no relato de Eusébio de Cesaréia. O primeiro deles diz respeito ao fato de que a pessoa que sofria o martírio via, nele, um ato de salvação e aproximação de Deus e não um sofrimento. Em última instância, trata-se de purificação. Criara-se no imaginário social a ideia de que todo aquele que sofresse o martírio chegaria ao reino do céu. Logo, ainda que ser queimado vivo pudesse ser algo atroz, pelo relato do historiador cristão era a certeza da felicidade eterna.

Um segundo ponto é a rapidez e o fervor com a que população participava e colaborava com o martírio. No relato do martírio de Policarpo é o povo que constrói a fogueira. Desse modo, a população, ao mesmo tempo em que é sensibilizada pelo exemplo de destemor, de coragem do martirizado, revela um lado sombrio do ser humano: o gosto pelo trágico e o prazer que se sente em ver o trágico e de colaborar com ele⁴.

Um terceiro aspecto diz respeito à apropriação da imagem simbólica do cordeiro que aceita a morte, sem se lastimar, apenas e tão somente lacrimeja. O exemplo da analogia ao cordeiro é bastante visível: o bom cristão não titubeia em sofrer calado, se esse sofrimento implica em defender a religião cristã e, principalmente, não negar a sua fé, ainda que essa posição conduza-o a morte. Esse aspecto é significativo para a construção de um ideário do SER cristão: a propagação de duas virtudes consagradas para os conversos do *Novo Testamento*: a coragem e a resignação.

Um quarto aspecto vincula-se à ideia de que os elementos da natureza não provocam a morte do cristão. Esta relação entre o homem e a natureza, como criaturas divinas, foi muito comum na literatura contemporânea de Eusébio de Cesaréia. Como o homem e os elementos da natureza têm a mesma origem divina, Deus não deixaria que um ‘seu filho’ fosse imolado por outra criatura ou elemento que ele também criará. Por isso o fogo não atinge Policarpo, mas faz com exale de seu corpo um cheiro perfumado. Somente um instrumento criado pelo próprio homem pode ceifar a vida do mártir. Ainda assim, seu sangue teria o poder de apagar o fogo, ou seja, ambos são criações divinas, portanto, possuem poderes similares.

Um último aspecto que observamos no relato do martírio é a exaltação das virtudes do cristão e, em decorrência delas, a difusão da cultura das relíquias, pois, certamente na

⁴ Essa ideia aparece, com frequência, nos relatos cristãos e depois na literatura, de um modo geral. No caso da Bíblia, por exemplo, verifica-se que a população que se volta contra Madalena e passa a apedrejá-la. No romance de Umberto Eco, *O nome da Rosa*, a população assiste ávida a condenação das pessoas à fogueira. O que não dizer dos relatos da própria população denunciando judeus, no renascimento, à inquisição.

mentalidade popular, este homem, por ser um mártir, seria também um santo. Logo, era natural que o cristão quisesse preservar consigo algo que recordasse o personagem virtuoso.

Ao descrever o martírio, Eusébio de Cesaréia define o modelo de cristão ideal: virtuoso, honesto, resignado, bondoso, aquele que conserva a tradição e a memória dos personagens sagrados, mas acima de tudo, aquele que crê incondicionalmente em uma força mental exterior ao homem, que é a religiosidade cristã. O cristão de Eusébio é aquele que sente, recorda e confia piamente. Nesse sentido, o âmbito da formação ocorre a partir das sensações emocionais e do exemplo. A tônica geral deste princípio educativo não é mais a leitura, mas o prático, o sentir, ver e vivenciar. Com efeito, nesse cenário, as Cartas de Paulo não teriam muito sentido educativo, uma vez que uma parte significativa da população não tinha mais o domínio da leitura.

Logo, ainda que o sujeito de Eusébio seja o mesmo que Paulo, o cristão, o projeto e a prática pedagógica não podem mais ser as mesmas porque os homens a serem formados são outros e Eusébio, como mestre e sábio, reconheceu esta mudança e a propõe e explicita. O autor faz, inclusive, uso de determinados princípios que se mantiveram na história: a tradição, a memória e o exemplo.

Considerações Finais

Ao refletirmos sobre o projeto educacional cristão nos primeiros séculos da Igreja cristã, por meio de dois de seus maiores teóricos, Paulo de Tarso e Eusébio de Cesaréia, tivemos como objetivo evidenciar que, ainda que as propostas apresentadas por eles tivessem como finalidade formar o ‘cristão’, este indivíduo se modificou constantemente ao longo do tempo. Destas alterações podemos depreender que tal como acontece na sociedade, na educação as transformações ocorrem na mesma intensidade. Assim, ainda que os teóricos cristãos da Antiguidade e da primeira Idade Média apresentassem projetos para formar o cristão, este não foi o mesmo, já que os autores viveram em tempos distintos e conviveram com pessoas distintas. Não existiu um cristão, mas vários e, por isso, não se manteve um único ‘modelo’ de cristão, mas múltiplos.

Os dois autores, cada um a seu modo, apresentaram projetos de cristianização dos homens de seu tempo, mas esta pessoa a ser educada, o cristão, se modificou em cada um dos séculos e as mudanças decorreram das transformações históricas que atingiam o Império Romano do Ocidente e do Oriente.

Estas alterações nortearam e mapearam os caminhos destes teóricos que apresentavam propostas educativas para a sociedade. Em Paulo, os homens aprendiam a linguagem cristã e a assimilavam por meio do discurso oral e escrito, posto que ainda viviam em condições nas quais a escrita e a leitura condizia com as suas condições sociais porque o mundo romano estava em crise, mas ainda não estava no estado de ruína que se desdobrará séculos mais a frente. Com Eusébio de Cesaréia a realidade social é outra e os cristãos precisam ser formados a partir dos exemplos dos mártires, porque as condições nas quais as relações eram tecidas não possibilitavam que os homens aprendessem e se convertessem ao cristianismo por outro caminho que não o da tragédia. Aliás, a tragédia se convertera em condição de futuro, pois, quem morria na condição de mártir certamente ganharia o reino do céu, logo a felicidade eterna.

Por fim, os dois autores tinham o mesmo propósito: formar o cristão para viver no seu respectivo presente, com perspectivas de vida futura. Diferencia-os e, por conseguinte, o que torna diversos seus projetos sociais é o tempo histórico. Portanto, é a época que torna as práticas pedagógicas cristãs dessemelhantes. Cada um dos autores analisados almejou formar cristãos, mas por caminhos distintos, em consonância com as exigências próprias de seus respectivos presentes.

Referências

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2003. v. IV (Novo Testamento).

BOEHNER, P.; GILSON, E. **História da Filosofia Cristã**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

CRUZ, M. S. **A herança romano-helenística nas cartas de São Jerônimo**. 1992. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

CRUZ, M. S. **Da virtus romana à virtude cristã: um estudo acerca da conversão da aristocracia de Roma no IV século a partir das epístolas de Jerônimo**. 1997. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DURKHEIM, E. **A Evolução Pedagógica**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. **História Eclesiástica**. São Paulo: Paulus, 2000.

GARDNER, P. (Ed.). **A História de todas as personagens da Bíblia**. São Paulo: Vida, 2005.

GUIZOT, F. **História da civilização na Europa**. Lisboa: Parceria João Antonio Maria, 1907.

KANT, E. **Sobre a Pedagogia**. Piracicaba: Unimep, 1996.

NUNES, R. A. da C. São Jerônimo e a educação feminina. In: _____. **História da Educação na Antiguidade Cristã**. São Paulo: EPU, 1978, p. 171-188.

OSORIO, J. A. **Crítica e humanismo no renascimento**. Disponível em: www.uc.pt/fluc/eclassicos/cech/jao. Acesso em: 29/01/2012.

TEIXEIRA, A. **Pequena introdução à Filosofia da Educação**. A escola progressiva ou a transformação da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VARAZZE, J. **Legenda Áurea**. Vidas de Santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.